

MEIO AMBIENTE

Metade do Parque da Diamantina é particular

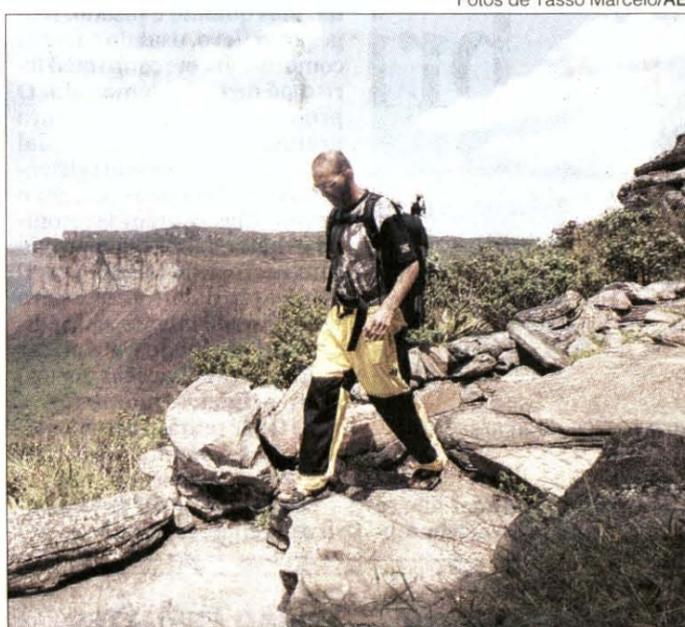
Desapropriações na área estão começando com o Morro do Pai Inácio, cartão-postal da chapada

FELIPE WERNECK

PALMEIRAS (BA) – Criado por decreto há 16 anos, o Parque Nacional da Chapada Diamantina, situado no interior da Bahia, permanece até hoje com metade de suas terras em poder de posseiros e pequenos proprietários rurais. Estudo da Universidade Federal de Lavras (MG), encomendado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), mostra que a regularização da situação fundiária do parque – condição essencial para garantir a defesa do meio ambiente – está longe de se tornar realidade: pelo menos 50% da área total de 152 mil hectares é particular. São mais de 300 terrenos ocupados.

O Estado localizou a dona de uma área de 900 hectares que abriga a Cachoeira da Fumaça, um dos principais pontos turísticos da Chapada Diamantina, com 340 metros de queda – considerada a segunda maior do País. Maria de Lourdes Costa Souza de Jesus, de 48 anos, mostra documentos que indicam a posse das terras, onde ela já criou gado, e afirma que só abre mão do terreno em troca de uma “boa indenização”. Acrescenta já ter sido procurada pelo Ibama: “Ultimamente tem corrido o boato de que querem desapropriar a área da cachoeira, mas tenho todos os documentos e só vendo o terreno inteiro. Agora é com os advogados.”

A questão da terra é um dos principais entraves para a elaboração do plano de manejo do parque, um estudo que vai determinar o zoneamento das áreas e sua utilização, a necessidade de fiscalização e as condi-



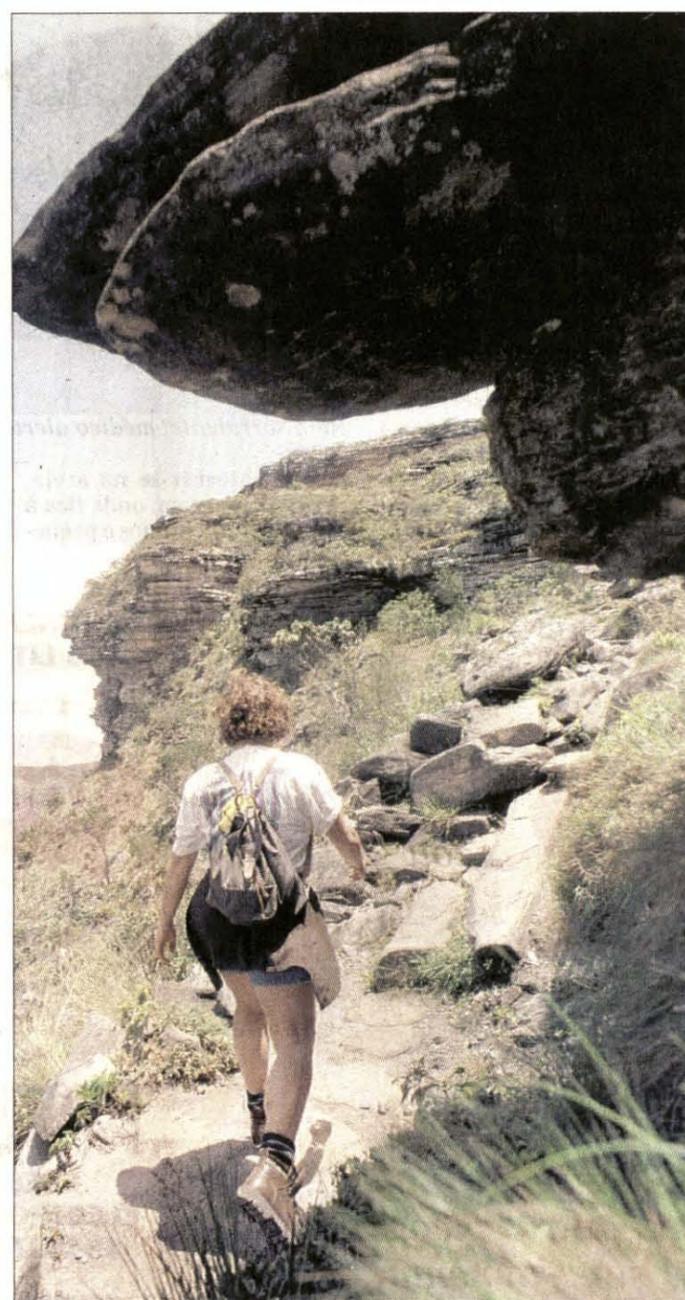
A área, de belos passeios, tem mais de 300 terrenos ocupados



A Chapada Diamantina, na Bahia, tem 152 mil hectares

ções para que haja turismo sem prejuízo para o meio ambiente. “O Parque Nacional da Chapada Diamantina foi criado no papel por meu pai, em 1985. Agora, como responsável pela pasta do Meio Ambiente, pretendo

torná-lo realidade”, declarou o ministro José Sarney Filho, em discurso dias atrás na praça central do Vale do Capão, distrito de Palmeiras, um dos cinco municípios cortados pelo parque, em sua primeira visita à região.



Subida do Morro do Pai Inácio, desapropriado por R\$ 11 mil

Na ocasião, Sarney assinou portaria criando o Conselho de Gestão do parque, que será responsável por definir a destinação de uma verba de R\$ 5,3 milhões, a ser usada “integralmente” na regularização fundiária.

“Pela primeira vez o Ibama terá uma rubrica orçamentária para isso”, admitiu o ministro. O dinheiro será repassado pela empresa Enelpower, de origem italiana, que ganhou no ano passado licitação para instalar

a Transmissora Sudeste-Nordeste, uma linha de transmissão de energia de 1.100 quilômetros que vai ligar os municípios de Serra da Mesa (GO) e Governador Mangabeira (BA). O repasse da verba é uma forma de compensação pelos danos causados ao meio ambiente com a instalação da linha.

Desapropriação – Pressionado politicamente, o prefeito de Palmeiras, Carlos Lopes (PTB), assinou a desapropriação do Morro do Pai Inácio – um dos principais cartões-postais da chapada, com área de 96 hectares – logo após o discurso do ministro, apesar de ter afirmado pouco antes que a decisão seria adiada. O ex-proprietário do terreno, Washington Setenta, chegou a cobrar ingresso dos turistas que visitavam o local, mas havia sido impedido recentemente pelo Ministério Público. A desapropriação foi estipulada em R\$ 11 mil. “O ministro tem de vir aqui pelo menos duas vezes por semestre para fazer o prefeito tomar coragem de assinar as desapropriações”, resumiu Sarney.

Emílio Tapioca, que trabalha há 12 anos como guia na região e é um dos coordenadores da Associação dos Condutores de Visitantes da Chapada Diamantina, considera “uma conquista” a criação do conselho e a destinação de uma verba para a indenização de proprietários particulares, mas diz que ainda há muito a fazer. “Nunca houve um centavo do governo para educação ambiental”, reclama Tapioca, que defende a participação efetiva de representantes de entidades ambientalistas no conselho. Ele vai lutar pela permanência das seis comunidades tradicionais que vivem na chapada, como a do Vale do Paty, com 25 famílias, instalada no centro do parque. Sarney Filho garantiu que não haverá violência na retirada dos proprietários.

Lixo afeta nascentes dos rios na área

Grupo ambientalista tem até projeto, mas não tem verba para executá-lo

Nativo da região, Joás Brandão, de 38 anos, fundador do Grupo Ambientalista de Palmeiras (GAP) e um dos integrantes voluntários da brigada contra incêndio que atua no parque, lembra o problema do lixo, que afeta as nascentes dos rios – o GAP desenvolveu um pro-

jeto de gerenciamento de lixo para o Vale do Capão, mas não há verba para implementá-lo. “Não temos apoio do poder público, mas já conseguimos derubar muita coisa errada que tem por aqui”, diz ele. “Vamos lutar para que os R\$ 5,3 milhões sejam bem empregados.”

O chefe do parque, Humberto Barrios, engenheiro-agrônomo, conta que o levantamento fundiário realizado pela Universidade Federal de Lavras será a “ferramenta de trabalho” para a elaboração do plano de manejo.

“Tenho certeza de que, com a regularização fundiária, a Chapada Diamantina vai se transformar também em sítio do patrimônio natural da humanidade”, disse o ministro Sarney Filho. “Não estarei mais no ministério, mas vou lutar como deputado e ambientalista”, acrescentou, referindo-se ao título concedido há duas semanas pela Unesco a Fernando de Noronha, Atol das Rocas, Chapada dos Veadeiros e Parque Nacional das Emas. (F.W.)